



PODER

Tentativa de acordo sobre a desoneração

Lula e Pacheco se reúnem e buscam alternativa que contemple os dois lados em relação ao impacto da lei no caixa da União

» ÁNDREA MALCHER
» INGRID SOARES
» RAFAELA GONÇALVES
» VICTOR CORREIA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Presidente do Senado deu a entender que uma boa opção para a lei da desoneração seria um PL que está na Câmara que sobe alíquotas progressivamente

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram, ontem à noite, no Palácio da Alvorada, para tentarem apurar as arestas criadas pela judicialização da lei que prorroga, até 2027, a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios até 142 mil habitantes. Além de avaliarem alternativas que contemplem os dois lados em relação ao tema, discutiram, ainda, pautas capazes de causar rombos nas contas públicas — como a PEC do Quinquênio — e questões que vêm causando ruídos na relação entre o Congresso e o Palácio do Planalto.

Antes do feriado, Pacheco voltou a subir o tom contra o governo por questionar, na Justiça, a lei que prorroga a desoneração da folha. Não apenas disse que houve precipitação ao levar o tema para o Supremo Tribunal Federal (STF) — onde o placar permanece em 5 x 0 pela reoneração da folha, apesar de suspenso por um pedido de vista do ministro Luiz Fux —, como alertou que o impasse “gera uma crise de confiança na relação entre os Poderes para outros tantos temas que pressupõem uma relação de confiança”.

A saída para a desoneração pode estar naquela apontada pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE): um projeto de lei que aumenta, gradualmente, a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de municípios

com até 50 mil habitantes e receita corrente líquida per capita de até R\$ 3.895 (1.027/24). A matéria está parada, aguardando designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Pacheco deu a entender que esse PL iria na direção do entendimento entre o Congresso e o Palácio. “Um projeto de lei, de autoria da liderança do governo, não pode ser desprezado. Isso,

inclusive, é o maior indicativo de que não há inconstitucionalidade alguma (na desoneração). Eles aceitaram discutir o projeto, a manutenção, por um tempo, dentro de uma fase de transição”, lembrou.

Questionamento

De acordo com a lei questionada pela ação da Advocacia-Geral da União (AGU) ao Supremo, haveria uma redução da alíquota de

contribuição previdenciária dos setores produtivos de 20% para 1,5% a 4,5%. Já os municípios sem programa próprio de Previdência Social seriam beneficiados com a redução de 20% para 8%.

“Acho muito importante que o governo federal, a Casa Civil e o Ministério da Fazenda estabeleçam um diálogo com as associações dos municípios brasileiros, com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com a Frente Nacional dos Municípios,

para poder haver uma concertação federativa. Ou seja: o governo não aceita o projeto que foi feito em relação aos municípios, os municípios querem apresentar ao governo a situação calamitosa em que vivem, especialmente sobre o prisma previdenciário, e por que não conseguem cumprir a alíquota estabelecida anteriormente. Esse diálogo precisa ser feito”, cobrou Pacheco, na terça-feira.

Segundo o presidente do Senado, em 13 de maio haverá

» CNS sugere “noventena”

A Confederação Nacional dos Serviços (CNS) foi ao Supremo Tribunal Federal defender a legalidade da desoneração da folha e pedir que os efeitos da decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF, só passassem a ser válidos a partir de agosto, caso a Corte decida mantê-la. A entidade apontou que a prorrogação do benefício teve o impacto orçamentário e financeiro estimado pelo Congresso em R\$ 9,4 bilhões. “Dessa forma, tem-se por desnecessária a suspensão da referida legislação até que o Congresso realize a estimativa do aludido impacto orçamentário e financeiro, na medida em que tal providência já foi devidamente adotada pelo Congresso”. A CNS alega que será preciso aplicar uma “noventena”, ou seja, um período de 90 dias para que os tributos sejam cobrados novamente, já que a promulgação da lei indicou que a desoneração não seria revogada.

uma discussão sobre o tema com representantes da CNM e da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos.

Da reunião entre Lula e Pacheco, participaram os senadores Jaques Wagner (PT-BA, líder do governo no Senado), Jorge Kajuru (PSB-GO) e Leila Barros (PDT-DF), além dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Renan Filho (Transportes) e Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública).

Uma corrida feroz para levar recursos às bases

» EVANDRO ÉBOLI

A cinco meses do primeiro turno das eleições municipais, em 6 de outubro, uma rica e cobiciada moeda eleitoral é disputada no Planalto Central. Está aberta a temporada das emendas pré-eleitorais, a corrida de vereadores, prefeitos, deputados e senadores para liberações dos pagamentos desses recursos antes da campanha política.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem alcançado êxito na disputa para prefeituras nas últimas eleições — e pretende eleger administradores municipais, mesmo que não sejam necessariamente do PT —, tem interesse em liberar essas verbas, até para tentar “fidelizar” o maior número de aliados e torná-los gratos ao erário federal.

Essa atenção do governo se dá em meio a uma crise do Palácio do Planalto com o Congresso. O governo precisa do apoio dos parlamentares para suas pautas num momento em que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ensaiam confronto com o Executivo.

Deputados e senadores cobram dos ministérios a execução dessas emendas. Desde abril, teriam sido liberados R\$ 13,8 bilhões. Há uma corrida contra o tempo. Como o ano é eleitoral, essas verbas precisam ser empenhadas, o que significa previsão de serem pagas até o fim de junho.

O Ministério da Saúde empenhou R\$ 7,8 bilhões em emendas

individuais. A crítica dos congressistas contra a gestão de Nísia Trindade, nesse aspecto, ganhou a adesão até de Lira. Esse total liberado se refere a emendas impositivas, que o governo é obrigado a pagar e que a metade tem que ser destinada obrigatoriamente para ações de saúde.

“Dinheiro na veia”

Outra modalidade para liberar esses recursos são as chamadas “emendas pix”, dinheiro que vai direto para os cofres das prefeituras e que permite aos gestores aplicarem como quiserem. São consideradas as mais cobiciadas por prefeitos e parlamentares — em ano eleitoral, agiliza conclusão de obras sem necessidade de abrir nova licitação, o que atrasa a aplicação do recurso. São muito usadas em construção de creches, unidades de saúde e pavimentação de ruas.

Até agora, foram empenhados R\$ 8,5 bilhões, se consideradas todas as pastas. Esse montante representa 34% dos R\$ 25 bilhões em emendas previstas para o governo repassar em 2024. Se comparado com o valor liberado em 2020, quando se deu a última disputa municipal, o governo tinha liberado R\$ 7,8 bilhões até 30 de abril, volume menor que hoje, e que representa 22% do total.

Se considerar os partidos, segundo dados do governo, o PL foi o principal contemplado — afinal, é a maior bancada, com 95 deputados. Depois,

Temporada das emendas pré-eleitorais

Entenda como funciona a negociação entre o Planalto e o Congresso com os recursos do orçamento

■ **Emendas Impositivas** — o governo começou a empenhar, que é a promessa de pagar, as emendas a que os parlamentares têm direito, de obrigatório pagamento. Metade desses recursos precisam obrigatoriamente ir para a saúde. O ministério empenhou R\$ 8,2 bilhões.

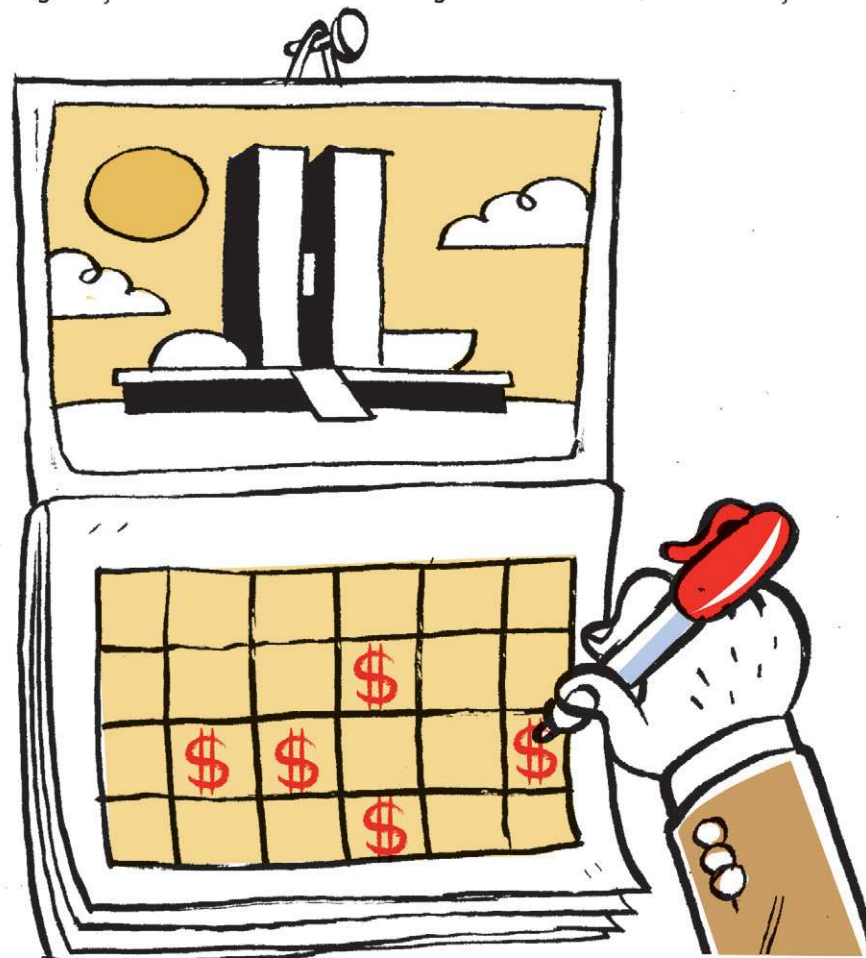
■ **Emendas “Pix”** — são as emendas dos “sonhos” dos prefeitos e dos parlamentares. São aquelas que seguem direito para as contas das prefeituras, que aplicam os recursos onde bem entenderem. Em ano eleitoral, agiliza a conclusão de obras, por exemplo, sem necessidade de abrir nova licitação, o que atrasa a aplicação da verba. São muito usadas em construção de creches, unidades de saúde e pavimentação de ruas.

aparecem o MDB (44 deputados), o União Brasil (58 deputados) e, somente depois, o PT, legenda do presidente da República — e que tem a segunda maior bancada, com 68 deputados).

Para Sergio Andrade, diretor-executivo da Agenda Pública, a destinação das emendas não segue um critério estratégico e iguala a atuação de um deputado federal à de um vereador. “A

agenda defendida pela maioria dos deputados não leva em conta uma visão estratégica de médio e longo prazos, o que faz com que o papel de muitos deles se assemelhe ao de um

vereador. Os interesses das bases se sobrepõem aos do país”, disse Andrade, que também é integrante do Conselho Nacional de Transparência, Corrupção e Integridade Pública.



Valdo Viraio e Caio Gomez/CB/D.A Press